



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009119-31.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **CARLA FRANCINI DE CAMPOS**
Requerido: **LOJAS RENNER S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter realizado compras junto à ré, dividindo o pagamento respectivo em prestações mensais.

Alegou ainda que atrasou a quitação da primeira prestação, mas o fez posteriormente de forma regular, e mesmo assim a ré a inscreveu perante órgãos de proteção ao crédito.

A ré em contestação, de sua parte, sustentou que não houve publicidade da negativação da ré.

Tal argumento está respaldado no documento de fl. 45, valendo assinalar que os ofícios de fls. 56, 59 e 65 atestam que não havia registros em nome da autora na época dos fatos trazidos à colação.

Diante desse quadro, impõe-se a certeza de que a correspondência acostada a fl. 21 não chegou a produzir os efeitos nela contemplados porque a negativação da autora deixou de ser consumada ou, no mínimo, de ser levada a ciência de terceiros.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como se não bastasse, os documentos de fls. 56, 60/62 e 65 demonstram que a autora ostenta diversas outras negativas ao longo do tempo e que não foram impugnadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravamento desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Nem se diga que a circunstância dessas inserções estarem excluídas quando da ocorrência aqui versada modificaria o panorama traçado, tendo em vista que pela sua quantidade é possível afirmar que representam situação que se repetiu com frequência na vida da autora.

Bem por isso, a nova negativação por curto espaço de tempo (fl. 73, segundo parágrafo) não teria o condão de render ensejo a dano moral passível de ressarcimento à mesma.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 24/25.

P.R.I.

São Carlos, 25 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**